Proposições relacionadas ao meio ambiente
em andamento no Senado*

TOTAL: 117 PROPOSIÇÕES

Educação ambiental

PLS 371/2008 – Jefferson Praia (PDT-AM)
Altera o § 1º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para introduzir no currículo do ensino fundamental e médio a obrigatoriedade de estudos sobre a Amazônia. 08/10/2008

Mudanças climáticas

PLS 100/2007 – Mário Couto (PSDB-PA)
Institui a Política de Redução dos Efeitos da Seca na Amazônia e dá outras providências.

PL 32/2008 – Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas
Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.
25/02/2008

PLS 94/2008 – Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação, por órgãos da administração pública, entidades de direito privado e organizações da sociedade civil, de protocolos de intenções sobre a adoção de medidas para preservação e recuperação do meio ambiente, mitigação das emissões de gases de efeito estufa e adaptação às mudanças climáticas.
26/03/2008

PL 33/2008 – Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas
Dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeitos estufa). 25/02/2008

PL 34/2008 – Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas
Dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural. 25/02/2008

PL 35/2008 - Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas
Altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.
25/02/2008

PLS 46/2008 – Expedito Júnior (PR-RO)
Estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.

Instrumentos ambientais

PLS 223/2008 – João Pedro (PT-AM)
Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para introduzir mudanças no licenciamento ambiental de empreendimentos que utilizam carvão mineral como combustível em seus processos industriais.
04/06/2008

Fauna

PLS 57/2001 (5270/2001 – substitutivo aprovado na Câmara) – Alvaro Dias (PSDB-PR)
Altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

PLC 69/2003 – 4.490/1994 – ex-deputado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Altera a Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais.

PLS 407/2008 – Ada Mello (PRTB-AL)
Proíbe a utilização ou exibição de animais da fauna silvestre brasileira ou exótica em circos.
30/10/2008

Resíduos sólidos

PLS 155/2005 – Gerson Camata (PMDB-ES)
Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências.

PLS 326/2006 – Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Altera a Lei do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para estabelecer que os recursos do Fundo sejam aplicados em habitação e saneamento básico.

PLS 108/2007 – Renato Casagrande (PSB-ES)
Permite a utilização de investimentos dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico como descontos dos montantes devidos das contribuições COFINS e PIS-PASEP.

PLS 506/2007 – Marconi Perillo (PSDB-GO)
Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para determinar a manutenção preventiva nas galerias de águas pluviais.

PLS 730/2007 – Francisco Dornelles (PP-RJ)
Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para autorizar o Poder Executivo a reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços públicos de saneamento básico.

PLS 155/2005 – Gerson Camata (PSB-ES)
Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências.

PLS 179/2006 – Valdir Raupp (PMDB-RO)
Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para tornar obrigatória a individualização das tarifas de saneamento básico nos condomínios edilícios.

PLS 326/2006 – Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Altera a Lei do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para estabelecer que os recursos do Fundo sejam aplicados em habitação e saneamento básico.

PLS 205/2008 – Renato Casagrande (PSB-ES)
Modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais.
21/05/2008

PLS 295/2008 – Romeu Tuma (PTB-SP)
Modifica o artigo 29, da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que "Estabelecediretrizes nacionais para o saneamento básico", com o objetivo de proibir a cobrança de taxas ou tarifas e outros preços públicos da população, enquanto não forem finalizados os serviços de infra-estrutura e instalações operacionais e o saneamento básico respectivo estiver efetivamente sendo prestada à população.

Exploração mineral

PLS 605/2007 – Augusto Botelho (PSB-SE)
Dispõe sobre a exploração de recursos minerais em terras indígenas. 18/10/2007

PLS 105/2003 – a Ana Júlia Carepa (PT-PA)
Altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 1989, que institui "compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais", e o art. 2º da Lei nº 8.001, de 1990, que "define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 1989 e dá outras providências" com vistas a modificar os percentuais das alíquotas pela exploração de recursos minerais, e transfere para municípios limítrofes 40% da arrecadação de compensação financeira a que faz jus município onde se situa a lavra.

Recursos hídricos

PL 232/2004 – Jonas Pinheiro (DEM-MT)
Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos de trechos do rio das Mortes, Araguaia e Tocantins exclusivamente para fins de transporte fluvial e dá outras providências.

PLS 411/2007 – Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Institui mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais e de reutilização de águas servidas em edificações públicas e privadas.

PLS 504/2007 – Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)
Altera a Lei nº 11.445, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para incentivar a economia no consumo de água.

PLS 417/2003 – Paulo Octávio (DEM-DF)
Modifica o art. 5º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para ampliar o número de instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

PLS 386/2005 – Sibá Machado (PT-AC)
Altera dispositivos da Lei nº 9.993, de 2000, quanto à destinação regional dos recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia. Projeto de incentivo à pesquisa.

PLS 127/2007 – César Borges (PR-BA)
Altera o art. 8º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir as regiões geográficas brasileiras entre os âmbitos possíveis para elaboração dos planos de recursos hídricos.

PLS 411/2007– Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Institui mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais e de reutilização de águas servidas em edificações públicas e privadas.

PLS 504/2007 - Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)
Altera a Lei nº 11.445, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para incentivar a economia no consumo de água.

PDS 122/1999 – Blairo Maggi (MT)
Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos de trechos dos rios Juruema, Teles Pires e Tapajós exclusivamente para fins de transporte fluvial e dá outras providências.

Reciclagem

PLS 612/2007 – Renato Casagrande (PSB-ES)
Dispõe sobre a utilização de papel reciclado nos livros dos programas de distribuição de material didático do Ministério da Educação.

PLS 618/2007 – Paulo Paim (PT-RS)
Regulamenta o exercício das profissões de Catador de Materiais Recicláveis e de Reciclador de Papel.

Energia

PLS18/2007 – César Borges (PR-BA)
Modifica a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel.

PDS 287/2008 - João Tenório (PSDB-AL)
Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre cooperação na área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, celebrado em Estocolmo, em 11 de setembro de 2007.

Patrimônio genético

PLS 269/2006 - Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Altera a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, para garantir a preservação de segredos científicos, tecnológicos, industriais ou estratégicos.

PLS 73/2007 – Kátia Abreu (DEM-TO)
Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves.

PLS 377/2003 – Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sua conservação e dá outras providências.

PLS 271/2000 – Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)
Suspende até o ano de 2004 a produção e a comercialização de organismos geneticamente modificados (OGMs) e dá outras providências.

PLS 47/2003 – Olivir Gabardo
Dispõe sobre a produção e comercialização da soja geneticamente modificada. Autoriza o cultivo e comercialização da soja geneticamente modificada por todo o país.

PLS 201/2004 – Jonas Pinheiro (DEM-MT)
Estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2005, e dá outras providências.
CCJ

PLS 216/1999 – Marina Silva (PT-RJ)
Proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, em todo o território nacional.

PLS 271/2000 - Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)
Suspende até o ano de 2004 a produção e a comercialização de organismos geneticamente modificados (OGMs) e dá outras providências.

PLS 201/2004 - Jonas Pinheiro (DEM-MT)
Estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2005, e dá outras providências.

PDS 90/2007 - Kátia Abreu (DEM-TO)
Susta a aplicação do artigo 3º do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham, ou seja, produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, e da Portaria nº 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça, que regulamenta o disposto no § 1º, do artigo 2º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003.

Áreas protegidas

PLS 158/2002 – Alvaro Dias (PSDB-PR)
Acrescenta artigo à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal, permitindo que nas propriedades rurais a área de preservação permanente seja incluída no cálculo da reserva legal.

PLS 475/2007 - Neuto De Conto (PMDB-SC)
Altera o art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, para dispor sobre área de preservação permanente (APP) em áreas urbanas.

PLS 200/2005 – Pedro Simon (PMDB-RS)
Altera os artigos 1º, 4º, 14, 16, 29, 38, 44 e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como o art. 10 da Lei nº 9.393, de 16 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto Territorial Rural, e dá outras providências.

PLC 62/2003 – ex-deputado Euler Morais (PMDB-GO)
Cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia.
CCJ

PLC 112/2005 – Inácio Arruda (PCdoB-CE)
Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Serra da Meruoca, no Estado do Ceará, e dá outras providências.

PDS 328/2006 - João Batista Motta (PTB-ES)
Susta os efeitos da Portaria nº 39, de 16 de maio de 2006, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA.

PDS 149/2005 – Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Susta o Decreto da Presidência da República de 18 de fevereiro de 2005, que cria a Floresta Nacional de Anauá, no Município de Rorainópolis, Estado de Roraima e dá outras providências.

PLS 107/2009 - Raimundo Colombo (DEM-SC)
Altera o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, Código Florestal. (Estabelece critérios para que os municípios delimitem e determinem suas áreas de preservação e os parâmetros para uso e ocupação do solo urbano).

Responsabilização, sanções e danos ambientais

PLS 460/2008 - Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências", para tornar imprescritíveis einafiançáveis crimes contra a flora na Amazônia. 02/12/2008

PEC 82/2007 - Maria do Carmo Alves(DEM-SE)
Altera o art. 225 da Constituição Federal para determinar a instituição de seguro de responsabilidade civil, nas atividades lesivas ou potencialmente danosas ao meio ambiente.

PLS 172/2007 – Mário Couto (PSDB-PA)
Altera o § 2º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, de modo a permitir a doação de madeira de origem ilegal, apreendida pela autoridade ambiental competente, para programas de construção de moradias populares.

PLS 201/2003 – Gerson Camata (PMDB-ES)
Altera a redação do art. 18 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para, nas propriedades rurais privadas, responsabilizar o proprietário pelo florestamento ou reflorestamento das áreas de preservação permanente.

PLC 78/2004 – Deputado Walter Pinheiro (PT-BA)

Acrescenta o inciso VI ao art. 1º, Altera a redação do art. 4º, bem como do inciso II do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências (acrescenta entre as causas de ação civil pública o dano causado ao patrimônio público).

PLC 82/2004 – ex-deputado Wasny de Roure (PT-DF)
Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências (confere prioridade à tramitação das ações civis públicas sobre os demais feitos judiciais, exceto o habeas corpus e o mandado de segurança).

PLC 23/2005 – ex-deputado João Grandão (PT-MS)
Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente), no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais.

PLC 52/2007 – Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)
Acrescenta parágrafo único ao art. 18 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências.

PLC 55/2007 – Deputado Dr. Rosinha (PT-PR)
Altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

PLS 293/2008 - Gerson Camata (PMDB-ES)
Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências" para incluir a exigência de selo de certificação florestal no transporte e na comercialização de madeira. 06/08/2008

PLS 410/2008 - Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para instituir a pena de reparação do dano pelo
próprio agente. 30/10/2008

PLS 410/2008 - Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para instituir a pena de reparação do dano pelo próprio agente.

PLS 319/2005 – Papaléo Paes (PSDB-AP)
Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências”, para que os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental sejam integralmente revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Definições de termos ambientais

PLS 158/2007 - Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Altera a redação do inciso XVI, e acrescenta alínea d ao referido inciso do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, definindo os eventos que são considerados desastre natural, para fins de liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências.

PLS 5/2007 – Jonas Pinheiro (DEM-MT)
Altera o inciso VI do § 2º do art. 1º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, na redação alterada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, que dispõe sobre a abrangência da Amazônia Legal, e dá outras providências.

PLC 93/2007 – Deputado Anselmo de Jesus (PT-RO)
Dispõe sobre a criação de uma nova categoria de unidade de conservação; Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; e dá outras providências.

Competências (criação de órgãos, distribuição de competência, etc)

PEC 72/2003 – Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Altera o artigo 52 da Constituição Federal, atribuindo competência ao Senado Federal para aprovar atos relevantes à defesa nacional e à proteção ambiental na faixa de fronteira.

PEC 86/2003 - Gerson Camata (PMDB-ES)
Modifica o art. 52 da Constituição Federal, estabelecendo a obrigatoriedade de aprovação prévia do Senado Federal para a criação de unidades federais de conservação da natureza.

PLS 48/2004 – Sérgio Zambiasi (PTB-RS)
Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para submeter ao órgão ambiental estadual a transformação do solo rural em urbano.

PLS 221/2006 – Valdir Raupp (PMDB-RO)
Autoriza a criação da Agência Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.

PLS 312/2007 – Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas púbicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; Altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003; 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

PLS 264/2005 – Valdir Raupp (PMDB-RO)
Autoriza a criação do Ministério da Amazônia.

PLS 359/2003 – César Borges (PR-BA)
Dispõe sobre a aquisição, pela União, de créditos relacionados à participação governamental obrigatória dos Municípios na exploração de recursos hídricos para fins de energia elétrica, petróleo e gás natural.

PLS 205/2001 - Marina Silva (PT-AC)
Institui o Conselho de Gestão Fiscal e Responsabilidade Social (CGFRS) e cria o Índice Brasileiro de Responsabilidade Social (IBRS).

PDS 328/2006 - João Batista Motta (PTB-ES)

Susta os efeitos da Portaria nº 39, de 16 de maio de 2006, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recurso Renováveis - IBAMA.

PDS 13/2008 - Comissão de CTCI-CD
Susta os arts. 4º, 6º, 7º, 11 e 12 do Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007, que dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia, bem como altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, que "dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providencias".
13/3/2008

PDS 207/2008 – Gilberto Goellner (DEM-MT)
Susta os efeitos do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que "dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.
15/8/2008

PLC 78/2004 4.706/2001 - Deputado Walter Pinheiro (PT-BA)
Acrescenta o inciso VI ao art. 1º, Altera a redação do art. 4º, bem como do inciso II do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências (acrescenta entre as causas de ação civil pública o dano causado ao patrimônio público).

PLC 82/2004 - Deputado Wasny de Roure (PT-DF)
Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providencias (confere prioridade à tramitação das ações civis públicas sobre os demais feitos judiciais, exceto o habeas corpus e o mandado de segurança).

Incentivos econômicos (fiscais, etc)

PLS 40/2003 – Osmar Dias (PDT-PR)
Acrescenta inciso ao § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de estabelecer, em igualdade de condições, a certificação ambiental como critério de desempate em licitações e contratações públicas.

PLS 348/2003 – Serys Slhessarenko (PT-MT)
Institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente.

PLS 139/2005 – Demóstenes Torres (DEM-GO)
Altera o § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, para estabelecer que, em igualdade de condições, como critério de desempate em licitações, será assegurada preferência a bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que divulguem, periodicamente, demonstrativo de suas atividades de natureza social e ambiental.

PLS 320/2005 – Papaléo Paes (PSDB-AP)
Altera a Lei 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providencias, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais.

PLS 25/2007 – Tião Viana (PT-AC)
Modifica a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de determinar a aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental às licitações promovidas pelo Poder Público.

PLS 142/2007 – Renato Casagrande (PSB-ES)
Acrescenta inciso aos artigos 21, 22 e 38 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, para estabelecer retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas.

PLS 191/2003 – Valdir Raupp (PMDB-RO)
Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a recomposição de áreas de preservação permanente e da reserva florestal legal.

PLS 304/2007 – Serys Slhessarenko (PT-MT)
Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para afastar a incidência do ITR sobre as áreas rurais preservadas além do exigido para reserva legal.

PLS 115/2006 – Delcidio Amaral (PT-MS)
Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Incentivo à Conservação da Natureza, destinado a promover a conservação da natureza, mediante a concessão de incentivos fiscais.

PLS 131/2007 – Jonas Pinheiro (DEM-MT)
Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal, e dá outras providências.

PLS 293/2004 – Gerson Camata (PMDB-ES)
Altera o art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, visando a destinar recursos de parcela de royalties para colônias de pesca.

PLS 555/2007 – Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)
Altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo ao desenvolvimento do sistema orgânico de produção agropecuária.

PLS 356/2003 – Serys Slhessarenko (PT-MT)
Dispõe sobre limites de despesas de custeio e manutenção do serviço de loterias, destina parte dos recursos das loterias federais para o Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, e dá outras providências.

PLS 366/2008 – Expedito Júnior (PR-RO)
Altera o § 3º do art. 2º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir a certificação da empresa por boas práticas ambientais entre os critérios de desempate nas licitações.
08/10/2008

PLS 92/2007 – Alvaro Dias (PSDB-PR)
Acrescenta art. 627-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a imposição de multas a pequenos agricultores durante o período de calamidade pública decorrente de frustração na produção por fatores climáticos negativos e dá outras providências.

PLS 200/2008 – Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Acrescenta o art. 2º-D à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a ampliação do prazo de concessão do benefício do seguro-desemprego para os trabalhadores desempregados residentes em Municípios atingidos pelas ações de combate ao desmatamento da Amazônia e dá outras providências.
20/05/2008

PLS 342/2008 – Valdir Raupp (PMDB-RO)

Dispõe sobre a moratória para fazer cessar o desmatamento na Amazônia Legal, institui o conceito de ativo econômico, e prevê a concessão de incentivos na gestão sustentável das florestas existentes naquela região. 09/09/2008

PLS 8/2008 – Cristovam Buarque (PDT-DF)
Altera os arts. 47 e 49 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997 - Lei do Petróleo, e insere o art. 49-A na mesma lei para destinar parcela dos royalties à conservação da floresta amazônica.
11/02/2008

PLS 64/2008 – Expedito Júnior (PR-RO)
Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para conceder compensação financeira a produtores rurais da Amazônia Legal pela manutenção de áreas cobertas por florestas.
11/03/2008

PLS 78/2008 – Gilberto Goellner (DEM-MT)
Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal, e dá outras providências.
18/03/2008

PLS 366/2009 – Expedito Junior (PR-RO)
Altera o § 3º do artigo 2º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir a certificação da empresa por boas práticas ambientais entre os critérios de desempate nas licitações.

PLS 247/2008 – Gerson Camata (PMDB-ES)
Altera a Lei nº 8.666, de 1993, que "regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para determinar a obrigatoriedade da comprovação de origem da madeira utilizada em obras e serviços financiados com recursos públicos e dá outras providências. Tramita na CCJ.

PLS 216/2003 – Flávio Arns (PT-PR)
Dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil.

Recursos para meio ambiente

PLS 319/2005 – Papaléo Paes (PSDB-AP)
Altera a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências, para que os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental sejam integralmente revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente.

PLS 606/2007 – Valter Pereira (PMDB-MT)
Acresce inciso VIII ao caput do art. 5º da Lei nº 7.797, de 11 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências, para que o fundo seja usado para financiar projetos de recuperação de áreas degradadas.

Flora

PLS 110/2006 – Arthur Virgílio (PSDB-PR)
Acresce e altera dispositivos da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, para dispor sobre a aprovação do Plano Anual de Outorga Florestal (Paof), a repartição dos recursos dos preços florestais, a nomeação dos membros do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e a criação do Conselho Gestor do SFB.

PLS 254/2006 – Pedro Simon (PMDB-RS)
Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que Aprova o Plano Anual de Outorga Florestal - PAOF.

PLS 268/2006 – Valdir Raupp (PMDB-RO)
Regulamenta o § 4º do art. 255 da Constituição Federal, para instituir o Plano de Gerenciamento da Floresta Amazônica.

PLS 91/2008 - Gim Argello (PTB-DF)
Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para destinar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal para a implantação de Centros de Educação Ambiental.
25/03/2008

PLS 203/2008 - Serys Slhessarenko (PT-MT)
Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que "institui o novo Código Florestal", para tornar obrigatório o inventário florestal digital. 20/05/2008

Datas comemorativas

PLS 211/2008 - Marisa Serrano (PSDB-MS)
Institui o "Dia Nacional da Educação Ambiental". 27/05/2008

PLS 171/2008 - Cristovam Buarque (PDT-DF)
Institui o Dia Nacional das Mudanças Climáticas. 06/05/2008

PLS 211/2008 – Marisa Serrano (PSDB-MS)
Institui o "Dia Nacional da Educação Ambiental".
(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esportes)

Pagamento por serviços ambientais (ver incentivos)

* Essa seleção foi feita a partir de uma pesquisa no *site* da Câmara. A pesquisa foi realizada pelo sistema de busca da página. Foram procurados projetos cujas ementas tivessem relação com termos como meio ambiente, sustentabilidade, licenciamento ambiental, danos ambientais e outros. As categorias foram estabelecidas por este *site*. Pode haver, portanto, classificações diferentes para os projetos. Os dados foram colhidos até dia 24 de julho.